

Roberto acha que mandato é "acessório"

"A duração do mandato do presidente da República é um acessório. O mais importante não é o tamanho do mandato, mas seu desempenho. Os peemedebistas discutem a duração do mandato do presidente José Sarney, mas não lhe dão as mínimas condições para exercê-lo em sua plenitude. Discute-se o detalhe e se pretere o principal."

A frase é do ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, do PFL, que critica seu parceiro na Aliança Democrática, de forma veemente. Segundo ele, "o PMDB se arvora em portador da única legitimidade do poder político no País. Por causa disso é que se pratica no Brasil esse parlamentarismo esdrúxulo, que não é previsto, nem na Constituição de 1946, que determina o sistema de governo como presidencialista, nem na Constituição que está sendo escrita e, portanto, não determina ainda o regime que nos rege no futuro. Aliás, esse tipo de parlamentarismo consagrado na prática da Nova República não é



Roberto Magalhães

conhecido em nenhuma parte do mundo. A Ciência Política ainda não classificou o presidencialismo congressual praticado no Brasil. Este regime de governo é digno de uma imaginação criadora que faria o general Geisel corar de vergonha".

Em vez de praticar este presidencialismo "congressual e aliancista", como definiu o sistema de governo praticado no Brasil, o PMDB deveria, na opinião do ex-governador de Pernambuco, resolver entre duas alternativas. A primeira seria definir imediatamente o mandato do presidente, para que ele, sabendo de sua duração, possa tomar as medidas indispensáveis para resolver a crise econômica. A segunda, que ele considera a mais lógica, é deixar "o homem governar e, depois, no momento de discutir as disposições transitórias da Constituição, afim, ver o mandato que ele deve ter e defini-lo".

Em Brasília, Roberto Magalhães garantiu que não mudou de opinião a respeito de dois pontos básicos: continua discordando da opinião majoritária de seu partido e permanecer no governo Sarney. Sua opinião foi derrotada pela maioria, mas ele continua acreditando que o PFL deveria estar na posição, pois ficar no governo significa o suicídio político da legenda. Ele é também favorável a um mandato de apenas quatro anos para Sarney.

Mas baseia-se em fatos recentes — "convites e desconvites, listas de ministérios nos bolsos de dirigentes partidários, reuniões de governadores" — para diagnosticar "graves distúrbios no funcionamento do sistema". E receita: "O PMDB, como partido hegemônico, tem todo o direito de votar a Carta que bem entender. Tem poder para fazer tanto, legitimamente (reduzir o mandato do presidente), e faz o que não devia, legitimamente (criar embaraços e obstáculos ao Poder Executivo e, assim, dificultar o funcionamento dos poderes)". (JNP)

Arraes almoça no Alvorada

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Por interferência direta do presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, se reaproximou do presidente José Sarney: ontem eles almoçaram, a sós, no Palácio da Alvorada. Ulysses acompanhou Arraes ao Alvorada, cumprimentou Sarney e saiu logo, alegando compromissos oficiais previamente assumidos.

Depois do almoço, Arraes reuniu-se com a bancada federal do PMDB pernambucano, no hotel onde estava hospedado. "Foi um encontro cordial — contou aos parlamentares. — Cordial e proveitoso."

Constituintes que participaram do encontro com Arraes revelaram, no

Congresso, que o PMDB de Pernambuco, ao que tudo indica, terá uma Pasta ministerial. Também a questão da instalação de uma nova refinaria no Nordeste está sendo reexaminada e Pernambuco, que disputa a obra com o Maranhão e o Ceará, não está excluído. Além disso, o governador deverá receber recursos, como adiantamento, para atender às despesas com o funcionalismo. E o prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, que há dias esteve com Sarney, terá uma verba de Cz\$ 2 bilhões para a prefeitura.

Os parlamentares não informaram, contudo, qual seria o ministério a ser entregue ao PMDB pernambucano. Poderia ser o de Desenvolvimento Urbano, com a transferência de Deny Schwartz para a Caixa Econômica Federal.

Ulysses desconhece projeto do consultor

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, garantiu ontem que desconhece a existência de um projeto de parlamentarismo elaborado pelo consultor Saulo Ramos a pedido do presidente Sarney. "Eu só conheço os pareceres das subcomissões temáticas da Constituinte" — afirmou Ulysses. Também o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, negou que o anteprojeto de Saulo Ramos, apresentado pelo deputado Borges da Silveira (PMDB-PR) como emenda ao parecer do senador José Fogaça, tenha alguma relação com o presidente Sarney. Segundo o líder liberal, o presidente não está querendo propor nenhum sistema de governo nem determinar a duração de seu mandato.

Ainda que conheça os pareceres das subcomissões da Constituinte, como afirmou, Ulysses assegurou não ter informação sobre a proposta de emenda do deputado Borges da Silveira ao parecer de Fogaça, relator da Subcomissão do Poder Executivo. O presidente do PMDB preferiu não dar opinião sobre o estabelecimento do regime parlamentarista no Brasil, mesmo porque seu partido ainda não tem posição definida a respeito: "O assunto é muito complexo e merece uma análise mais profunda antes de qualquer opinião".

O próprio relator José Fogaça considerou "perfumaria, no geral", a proposta do consultor Saulo Ramos

apresentada no Congresso através de Borges da Silveira. A emenda propõe a implantação do regime parlamentarista, mas com algumas particularidades: os ministros militares seriam indicados exclusivamente pelo presidente da República e não poderiam receber moção de desconfiança do Congresso; o primeiro-ministro não teria a mesma força que num parlamentarismo clássico, mas seria um assessor do presidente da República, substituindo, praticamente, o vice-presidente; o presidente voltaria a ser eleito indiretamente.

Fogaça notou que apenas no aspecto de o Congresso não poder lançar desconfiança sobre os ministros militares o governo teve a intenção de responder ao seu relatório. No parecer da Subcomissão do Poder Executivo, ao colocar os ministros militares na mesma situação dos civis, Fogaça evitou "institucionalizar a tutela dos militares sobre o regime" ou tratá-los como corporação à parte da Nação. "Assim como os ministros civis, no parlamentarismo também os militares são passíveis de destituição pelo Congresso". Segundo o senador peemedebista, "dessa forma contribuímos também para acabar com as suspeitas alimentadas negativamente nos últimos anos sobre a interferência dos militares na vida política".

Fogaça é de opinião de que "os militares devem manter-se nos limites da profissionalização e do papel constitucional que lhes é destinado, sem privilégios".

Partido atrapalha o governo, diz Delfim

PORTO ALEGRE
AGÊNCIA ESTADO

"A maior dificuldade do governo é o seu partido, que não desceu do palanque e que obriga o ministro da Fazenda a formular programas incompatíveis." A declaração foi feita ontem, em Porto Alegre, pelo deputado Delfim Netto (PDS-SP), que voltou a defender a manutenção do mandato de seis anos para o presidente Sarney. "É preciso começar respeitando alguma coisa", disse o ex-ministro, para quem é possível alterar a duração do mandato presidencial com a aprovação de dois terços do Legislativo. "Mas não se pode imaginar que o período de Sarney seja fixado na Constituinte."

Delfim Netto considerou "uma barbaridade, um casuísmo que não pode ser levado a sério", a pretensão de vincular o mandato de Sarney ao comportamento da inflação. Sua previsão é que "haja o que houver, nós vamos sofrer de novo; o Brasil vai pagar por um ajuste que jogou fora em 1986". Ele reconhece que, no momento, todos estão contra o governo, "mas não se pode condicionar o mandato ao sucesso aparente da política econômica".

"Não há nenhum vazio de poder; o governo está lá, funcionando", disse o deputado pedessista, ressaltando ainda que a movimentação em torno das diretas "é uma coisa natural". O problema, segundo ele, é que as eleições promoveriam uma festa por quatro ou cinco meses e depois "tudo voltaria à mesma coisa de agora". Falando a empresários gaúchos, Delfim criticou também o programa econômico do PMDB, que, em sua opinião, é estatizante.

Aureliano defende o presidencialismo

CURITIBA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, na visita de caráter essencialmente político que fez ontem ao Paraná, marcou posição em favor do presidencialismo, condenou um mandato de seis anos para os presidentes da República no Brasil, insistiu na soberania da Constituinte para definir tanto a questão do mandato presidencial quanto a forma de governo e exortou os seus pares para que não atropelarem os trabalhos da Constituinte exigindo o fim da Aliança Democrática.

Aureliano não foi inflexível ao defender o presidencialismo como forma de governo: disse que se trata de uma visão pessoal do problema, admitindo que, por pensarem de outra forma, os demais membros do partido podem conduzir o assunto em outra direção. Insistiu muito em que é preciso respeitar a soberania da Constituinte na definição de certos temas de importância como o do mandato presidencial ou o da forma de governo: "Cada constituinte precisa votar de acordo com a sua consciência. Através de convenções, os partidos não podem vestir uma camisa de força em seus membros na Constituinte. Seria muito ruim que isto acontecesse".

Admitiu, depois, que, por viverem de uma forma mais candente os problemas regionais, que foram aguçados pelo fato de o PMDB ter feito a grande maioria dos novos governadores no ano passado, muitos dos membros que formam as bases do PFL pedem o rompimento com o PMDB e a conseqüente extinção da Aliança Democrática.